

MATRIZ DE AVALIAÇÃO PARA JULGAMENTO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS TÉCNICAS									
Documento: PQ-000-V.2								Elaborado em: 16/05/2023	
Elaborado por: Comissão Interna de Chamamento Público									
UNIDADE: Hospital Estadual de Águas Lindas de Goiás - HEAL									
NOME DA ORGANIZAÇÃO SOCIAL: VIVA RIO									
NT: FA.1 + FA.2+ FA.3		Nota FA.1: Área de Atividade = Máximo 20 pontos		Nota FA.2: Área de Qualidade = Máximo 20 pontos		Nota FA.3: Qualificação Técnica = Máximo 60 pontos		TOTAL:	66,90
() Classificada				() Desclassificada					
OBS: só será classificada a OS que tiver pontuação mínima de 50% de cada área avaliada, SENDO F1 ≥ 10, F2 ≥ 10 e F3 ≥ 30, totalizando pontuação mínima de 50 pontos.									
FA.1 – Área de atividades: Avalia a adequação da proposta de organização dos serviços e execução das atividades assistenciais à capacidade operacional da Unidade. São referentes aos instrumentos demonstrados a seguir:			Pontuação Total: 20 pontos		Página da Proposta	JUSTIFICATIVA DA AVALIAÇÃO			
			Pontuação Máxima por item	Nota Atribuída		Referência / Fonte	Requisitos Mínimos Avaliados	Observações	
	Implantação de fluxos individualizada ao perfil da unidade de saúde (A forma de apresentação será considerada levando-se em conta a clareza e entendimento do fluxo)	Fluxos operacionais compreendendo circulação em áreas restritivas, externas e internas	02 pontos	0,2	91 a 95	https://ferramentasdaqualidade.org/fluxograma/ RDC nº 50, de 21 de fevereiro de 2002 do ms (https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2002/res0050_21_02_2002.html) ; em conformidade com a ABNT NBR 9050	Apresentação dos fluxos mapeados	Apenas citou exemplos de fluxos, no então não apresentou os fluxos conforme solicita o item.	
		Fluxo unidirecional para materiais esterilizados/roupas	02 pontos	0,2	96 a 99	RDC nº 15, de 15 de março de 2012 do MS. (https://www.sindhoesg.org.br/resolucao-%C2%96-rdc-anvisa-no-15-de-15-de-marco-de-2012/)	Verificar se há fluxos cruzados	Apenas citou exemplos de fluxos, no então não apresentou os fluxos conforme solicita o item.	
		Fluxo unidirecional de resíduos de serviço saúde	02 pontos	0,2	100 a 106	RDC nº 306/04 da ANVISA e a resolução nº 358/05 do CONAMA (https://www.cevs.rs.gov.br/upload/arquivos/201612/15135807-res-306.pdf) ; Manual Gerenciamento dos Resíduos de Serviços de Saúde ANVISA -2006	1.Segregação; 2.acondicionamento; 3.classificação; 4.transporte interno; 5.local de armazenamento; 6.transporte externo e destinação final; 7.quantificação das lixeiras	Apenas citou exemplos de fluxos, no então não apresentou os fluxos conforme solicita o item.	
	Implantação de gestão	Implantação de Logística de Suprimentos	01 ponto	0,8	37 a 60 ; 106 a 143; 144 a 163;	Diretrizes sobre Boas Práticas de Distribuição e Armazenamento de Medicamentos e RDC. 430/2020 (https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-de-diretoria-colegiada-rtc-n-430-de-8-de-outubro-de-2020-282070593)	Áreas segregadas (recebimento, armazenamento); Atividades de conferência, separação, reposição e distribuição, processos de limpeza e segurança do ambiente, controle de temperatura e umidade	Apresentou, as págs. 37 a 60, rotinas de: engenharia clínica, tecnovigilância, plano de contingência e qualificação de fornecedores e indicadores de desempenho. Descreve, as páginas 106 a 143, as etapas de logística de suprimentos, com especificação das atividades para: planejamento, recebimento, fracionamento, armazenamento e distribuição de materiais e/ou medicamentos, mas não descreve detalhes, considerando a distribuição, em relação ao CAF e as unidades satélites observadas na planta da unidade pretendida. Apresentou também metodologia de inovação de monitoramento logístico.	
		Proposta para Regimento Interno da Unidade	01 ponto	1	Págs 164, Págs 827 a 852.	Manual de boas práticas para elaboração de Regimento Interno ANVISA - 2020 (https://www.gov.br/anvisa/pt-br/acessoainformacao/institucional/arquivos/manual_ri_anvisa.pdf)	Deve conter na sua estrutura: Da Natureza, Sede e Finalidade; Da Estrutura Organizacional; Das Competências das Unidades; Das Atribuições dos Dirigentes; Do patrimônio e das receitas; e Disposições Gerais.	Referente ao item Proposta para Regimento Interno da Unidade, evidenciado item às págs 164, referenciando o anexo X, Págs 827 a 852.	
		Proposta para Regimento do Serviço Multiprofissional	01 ponto	1	Págs 165, págs 853 a 870.	Manual Brasileiro de Acreditação, subseção 1.5, número 9	O Regimento compreende a um documento onde estão descritos o conjunto de normas e regras definidas para regulamentar a atuação dos profissionais, considerando as diversas situações do cotidiano atreladas às funções e determinações dos respectivos conselhos de classes e garantindo alinhamento às políticas institucionais. Contempla as recomendações de atuação e limites éticos de cada profissional, respeitando os códigos de ética de seu respectivo conselho de classe.	Referente ao item Proposta para Regimento Multiprofissional da Unidade, evidenciado item às págs 165, referenciando o anexo XI págs 853 a 870.	

FA.1.1 Organização das atividades individualizadas para o estabelecimento/unidade de saúde		Proposta de Projeto de Tecnologia da Informação com vista ao controle gerencial da Unidade e melhoria do atendimento ao usuário	01 ponto	0,5	Págs 167 a 172	Manual Brasileiro de Acreditação, Subseção 1.7: Gestão da Tecnologia e Segurança da Informação	Apresenta atividades relacionadas à segurança das informações em meio físico e digital, contemplando coleta, processamento, armazenagem, distribuição de informações, controle e manutenção da infraestrutura tecnológica apropriada ao perfil e complexidade da organização.	Referente ao item Proposta de Projeto de Tecnologia da Informação com vista ao controle gerencial da Unidade e melhoria do atendimento ao usuário, evidenciado item às págs 167, a Proposta apresentada é inexpressiva diante da complexidade do Serviço a ser realizado na Unidade, basicamente apresentou apenas as estratégias O esboço de projeto não contempla custos , hardware (infraestrutura) nem propositura específicos de sistemas.
		Proposta para Regimento do Corpo Clínico	01 ponto	1	Pags 173, pags 872 a 885.	Manual Brasileiro de Acreditação, subseção 1.5, número 9	O Regimento compreende a um documento onde estão descritos o conjunto de normas e regras definidas para regulamentar a atuação dos profissionais, considerando as diversas situações do cotidiano atreladas às funções e determinações dos respectivos conselhos de classes e garantindo alinhamento às políticas institucionais. Contempla as recomendações de atuação e limites éticos de cada profissional, respeitando os códigos de ética de seu respectivo conselho de classe.	Referente ao item Proposta para Regimento do Corpo Clínico, evidenciado item às págs 173, referenciando o anexo XII págs 872 a 885.
	Implantação de Processos	Proposta de manual de protocolos assistenciais	02 pontos	0	anexo XIV	Organização Mundial da Saúde : 6 Protocolos Básicos de Segurança do Paciente	A definição dos protocolos devem ser baseados no perfil de atendimento e o acompanhamento através de ferramentas de medição de adesão/efetividade. Protocolos clínicos gerenciados baseados no conhecimento científico atual e no perfil epidemiológico, risco ou custo dos pacientes atendidos: com objetivo na segurança do paciente.	Cita que o Manual se encontra no anexo XIV, mas no entanto foi apresentado apenas rotinas para administração financeira e gestão de custos, não atendendo ao solicitado no item.
						Manual Brasileiro de Acreditação, subseção 1.1, número 4		
						RDC 36/2013		
						Port.599/2013-MS		
	Proposta de manual de rotinas para administração financeira e gestão de custos	02 pontos	2	Págs 175 a 176, págs 1147 a 1164.	Manual Brasileiro de Acreditação, subseção 11, número 12	A política de Gestão Financeira é um compromisso, por escrito, que define um conjunto de diretrizes e ações pertinentes a organização Financeira, utilizadas como subsídio para otimização do desempenho e sustentabilidade da organização. Esta política deve estabelecer minimamente: <ul style="list-style-type: none">• gestão orçamentária de acordo com as diretrizes estratégicas e demandas operacionais;critérios para orientar as decisões de alocação de recursos;• acompanhamento periódico do desempenho financeiro;<ul style="list-style-type: none">• gestão de custos;• gestão de contratos;• gestão do patrimônio;• planejamento e monitoramento financeiro definindo critérios de orientação para as decisões de alocação de recursos;sistema financeiro eficaz usado para registrar e rastrear receitas e despesas passadas, atuais e projetadas e posições financeiras;	Em referência ao item Proposta de manual de rotinas para administração financeira e gestão de custos, foi apresentado esboço às págs 175 e 176 e referenciado anexo XIV às págs 1147 a 1164 onde destaca a utilização do sistema ERP para fazer o gerenciamento de custos e financeiro da Unidade de saúde a ser gerida pela Organização.	
Incrementos de Atividades	Proposição de Projetos Assistenciais de Saúde e/ou Sociais dentro do custeio previsto para a unidade	05 pontos	3,5	176 a 180	Regulamento Técnico para Planejamento, Programação, Elaboração e Avaliação de Projetos Físicos de Estabelecimentos Assistenciais de Saúde - Biblioteca Virtual em Saúde, MS	1.Programa de Necessidades; 2. Estudo Preliminar; <		

Comissão de Ética em Enfermagem	Proposta de Constituição (membros, finalidade), Proposta de Regimento Interno e Cronograma de Atividade Anual	0,40 ponto	0,4	Anexo XVII	Res. 593/2018 - Normatizar a criação e funcionamento das Comissões de Ética de Enfermagem-CEE nas Instituições com Serviço de Enfermagem.	Apresentar portaria de Instituição com membros, atividades e cronograma (Proposta de Constituição (membros, finalidade), Proposta de Regimento Interno e Cronograma de Atividade Anual)	Traz a proposta deste item, mas percebe-se a falta de personalidade ao mencionar COREN RJ
Comissão de Biossegurança	Proposta de Constituição (membros, finalidade), Proposta de Regimento Interno e Cronograma de Atividade Anual	0,25 ponto	0,25	Anexo XVIII	Lei 11.105 de 24/03/2005 - Regulamenta os incisos II, IV e V do § 1º do art. 225 da Constituição Federal, estabelece normas de segurança e mecanismos de fiscalização de atividades que envolvam organismos geneticamente modificados – OGM e seus derivados, cria o Conselho Nacional de Biossegurança – CNBS, reestrutura a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança – CTNBio, dispõe sobre a Política Nacional de Biossegurança – PNB, revoga a Lei nº 8.974, de 5 de janeiro de 1995, e a Medida Provisória nº 2.191-9, de 23 de agosto de 2001, e os arts. 5º, 6º, 7º, 8º, 9º, 10 e 16 da Lei nº 10.814, de 15 de dezembro de 2003, e dá outras providências.	Apresentar portaria de Instituição com membros, atividades e cronograma (Proposta de Constituição (membros, finalidade), Proposta de Regimento Interno e Cronograma de Atividade Anual)	
Comissão de Controle de Infecção Hospitalar	Proposta de Constituição (membros, finalidade), Proposta de Regimento Interno e Cronograma de Atividade Anual	0,50 ponto	0,5	Anexo XIX	PORTARIA Nº 2616, DE 12 DE MAIO DE 1998 Programa de Controle de Infecção Hospitalar	Considerando as determinações da Lei nº 9431 de 6 de janeiro de 1997, que dispõe sobre a obrigatoriedade da manutenção pelos hospitais do país, de Programa de Controle de Infecções Hospitalares. (Proposta de Constituição (membros, finalidade), Proposta de Regimento Interno e Cronograma de Atividade Anual)	
Comissão de Análise e Revisão de Prontuários	Proposta de Constituição (membros, finalidade), Proposta de Regimento Interno e Cronograma de Atividade Anual	0,25 ponto	0,25	Anexo XX	Res CFM nº 1821 de 11 de julho de 2007 Aprova as normas técnicas concernentes à digitalização e uso dos sistemas informatizados para a guarda e manuseio dos documentos dos prontuários dos pacientes, autorizando a eliminação do papel e a troca de informação identificada em saúde.	Aprova as normas técnicas concernentes à digitalização e uso dos sistemas informatizados para a guarda e manuseio dos documentos dos prontuários dos pacientes, autorizando a eliminação do papel e a troca de informação identificada em saúde. (Proposta de Constituição (membros, finalidade), Proposta de Regimento Interno e Cronograma de Atividade Anual)	
Comissão de Verificação de Óbitos	Proposta de Constituição (membros, finalidade), Proposta de Regimento Interno e Cronograma de Atividade Anual	0,45 ponto	0,45	Anexo XXI	RESOLUÇÃO Nº 2.171, DE 30 DE OUTUBRO DE 2017 Regulamenta e normatiza as Comissões de Revisão de Óbito, tornando-as obrigatórias nas instituições hospitalares e Unidades de Pronto Atendimento (UPA). https://www.gov.br/ebserh/pt-br/hospitais-universitarios/regiao-sudeste/hu-ufjf/governanca/superintendencia/comissoes-obrigatorias/ResolucaoCFMcomissodebito.pdf	Regulamenta e normatiza as Comissões de Revisão de Óbito, tornando-as obrigatórias nas instituições hospitalares e Unidades de Pronto Atendimento (UPA). (Proposta de Constituição (membros, finalidade), Proposta de Regimento Interno e Cronograma de Atividade Anual)	
Comissão de Residência Médica (COREME)	Proposta de Constituição (membros, finalidade), Proposta de Regimento Interno e Cronograma de Atividade Anual	0,50 ponto	0,5	Anexo XXII	Lei No 6.932, de 7 de julho de 1981.	Considerando as determinações da Lei nº 9431 de 6 de janeiro de 1997, que dispõe sobre a obrigatoriedade da manutenção pelos hospitais do país, de Programa de Controle de Infecções Hospitalares. (Proposta de Constituição (membros, finalidade), Proposta de Regimento Interno e Cronograma de Atividade Anual)	
Comissão de Residência Multiprofissional (COREMU)	Proposta de Constituição (membros, finalidade), Proposta de Regimento Interno e Cronograma de Atividade Anual	0,50 ponto	0,5	Anexo XXIII	LEI Nº 11.129, DE 30 DE JUNHO DE 2005.	CNJ e a Secretaria Nacional de Juventude; altera as Leis nºs 10.683, de 28 de maio de 2003, e 10.429, de 24 de abril de 2002; e dá outras providências. Dispõe sobre as atividades do médico residente e dá outras providências. (Proposta de Constituição (membros, finalidade), Proposta de Regimento Interno e Cronograma de Atividade Anual)	
Comissão Interna de Prevenção de Acidentes – CIPA	Proposta de Constituição (membros, finalidade), Proposta de Regimento Interno e Cronograma de Atividade Anual	0,2 ponto	0,2	Anexo XXIV	https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=14457&ano=2022&ato=77eFTVqSkMZpWT26e Ministério do Trabalho e Emprego - Portal Gov. br	(Proposta de Constituição (membros, finalidade), Proposta de Regimento Interno e Cronograma de Atividade Anual)	
Serviço Especializado em Engenharia de Segurança em Medicina do Trabalho-SESMT	Proposta de Constituição (membros, finalidade), Proposta de Regimento Interno e Cronograma de Atividade Anual	0,4 ponto	0,4	Anexo XXV	https://www.guiatrabalhista.com.br/legislacao/nr/nr4.htm PORTARIA Nº 3.214, 08 DE JUNHO DE 1978 (DOU de 06/07/78 - Suplemento) “Aprova as Normas Regulamentadoras - NR - do Capítulo V, Título II, da Consolidação das Leis do Trabalho, relativas à Segurança e Medicina do Trabalho”	“Aprova as Normas Regulamentadoras - NR - do Capítulo V, Título II, da Consolidação das Leis do Trabalho, relativas à Segurança e Medicina do Trabalho”	
	Proposta de Constituição				LEI Nº 13.787, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2018. Dispõe sobre a digitalização e a utilização de sistemas informatizados para a guarda, o armazenamento e o manuseio de prontuário de paciente.	Dispõe sobre a digitalização e a utilização de sistemas informatizados para a guarda, o armazenamento e o manuseio de prontuário de paciente.	

FA.2.1 Qualidade Objetiva: Avalia medidas da proposta de trabalho para implantação de comissões	Comissão de Documentação Médica e Estatística	Proposta de Constituição (membros, finalidade), Proposta de Regimento Interno e Cronograma de atividades Anual	0,2 ponto	0,2	Anexo XXVI	LEI Nº 13.787, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2018 dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural.	Dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural.			
	Comitê de Ética em Pesquisa (CEP)	Proposta de Constituição (membros, finalidade), Proposta de Regimento Interno e Cronograma de Atividade Anual	0,2 ponto	0,2	Anexo XXVII	https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res0466_12_12_2012.html https://www.conselho.saude.gov.br/Web_comissoes/conep/arquivos/CNS%20%20Norma%20Operacional%20001%20-%20conep%20finalizada%2030-09.pdf	(Proposta de Constituição (membros, finalidade), Proposta de Regimento Interno e Cronograma de Atividade Anual)			
	Equipe Multiprofissional de Terapia Nutricional (EMTN)	Proposta de Constituição (membros, finalidade),	0,2 ponto	0,2	Anexo XXVIII	NORMA TÉCNICA PARA ATUAÇÃO DA EQUIPE DE ENFERMAGEM EM TERAPIA NUTRICIONAL	Norma Técnica que dispõe sobre a Atuação da Equipe de Enfermagem em Terapia Nutricional.			
		Proposta de Regimento Interno e Cronograma de Atividade Anual				RESOLUÇÃO COFEN Nº 0453/2014	Aprova Norma Técnica que dispõe sobre a atuação de equipe Enfermagem em Terapia Nutricional.			
	Comissão de Proteção Radiológica	Proposta de Constituição (membros, finalidade), Proposta de Regimento Interno e Cronograma de Atividade Anual	0,2 ponto	0,2	Anexo XXIX	Norma 3.01 CNEM e Diretrizes básicas de Proteção Radiológica	O objetivo desta Norma é estabelecer os requisitos básicos de proteção radiológica das pessoas em relação à exposição à radiação ionizante.			
	Comissão de Resíduos de Serviços de Saúde	Proposta de Constituição (membros, finalidade), Proposta de Regimento Interno e Cronograma de Atividade Anual	0,2 ponto	0,2	Anexo XXX	RDC 272 222 - GERÊNCIA DE REGULAMENTAÇÃO E CONTROLE RDC 272 222 comentada https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112305.htm RDC 306/2004 e https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112305.htm	Todo serviço gerador deve dispor de um Plano de Gerenciamento de RSS (PGRSS), observando as regulamentações federais, estaduais, municipais ou do Distrito Federal.			
	Comitê Transfusional	Proposta de Constituição (membros, finalidade), Proposta de Regimento Interno e Cronograma de Atividade Anual	0,2 ponto	0,1	Anexo XXXI	PORTARIA Nº 158, DE 4 DE FEVEREIRO DE 2016 Redefine o regulamento técnico de RDC Nº 34, de 11 de junho de 2014 - Ministério da Saúde	<p>O Comitê Transfusional (CT) é um grupo de profissionais de diferentes especialidades responsável pela definição e avaliação contínua da prática hemoterápica e pela hemovigilância, num serviço de saúde (BRASIL, 2016).</p> <p>De acordo com a Portaria do Ministério da Saúde, nº158 de 4 de fevereiro de 2016 Art. 12. "Toda instituição de assistência à saúde que realiza transfusão de sangue e componentes sanguíneos comporá ou fará Transfusional.</p> <p>§ 1º É competência do Comitê Transfusional o monitoramento da prática hemoterápica na instituição de assistência à saúde visando o uso racional do sangue, a atividade educacional continuada em hemoterapia, a hemovigilância e a elaboração de protocolos de atendimento da rotina hemoterápica.</p>	Traz dentro da proposta uma cronograma de Comitê de Compliance e não o do Comitê Transfusional		
	Núcleo de Qualidade e Segurança do Paciente (NQSP)	Proposta de Constituição (membros, finalidade), Proposta de Regimento Interno e Cronograma de Atividade Anual	0,25 ponto	0,25	Anexo XXXII	RDC 36/2013 Institui ações para a segurança do paciente em serviços de saúde e dá outras PORTARIA Nº 529, DE 1º DE ABRIL DE 2013 Institui o Programa Nacional de Segurança do Paciente (PNSP).	Segundo a RDC nº. 36/2013, o NSP é "a instância do serviço de saúde criada para promover e apoiar a implementação de ações voltadas à segurança do paciente", consistindo em um componente extremamente importante na busca pela qualidade das atividades desenvolvidas nos serviços de saúde			
	Núcleo de Vigilância Epidemiológica Hospitalar	Proposta de Constituição (membros, finalidade), Proposta de Regimento Interno e Cronograma de Atividade Anual	0,2 ponto	0,2	Anexo XXXIII	PORTARIA GM/MS Nº 1.694 - Brasil SUS DE 23 DE JULHO DE 2021 Institui a Rede Nacional de Vigilância Epidemiológica	O perfil Epidemiológico, geralmente é traçado por meio de questionários personalizados abordando questões como hábitos de vida, doenças prévias e histórico familiar, por exemplo. Dados complementares podem ser conseguidos de outras maneiras, como análise de internações, utilização de consultas e declarações de saúde.			
						ISO 9001:2015	A Comissão de Avaliação Interna da Qualidade tem como atribuição a condução dos processos de avaliação			

Comissão Interna de Qualidade	Proposta de Constituição (membros, finalidade), Proposta de Regimento Interno e Cronograma de Atividade Anual	0,2 ponto	0,2	Anexo XXXIV	PORTARIA Nº 3.390, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2013 Institui a Política Nacional de Atenção Hospitalar (PNHOSP) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), estabelecendo-se as diretrizes para a organização do componente hospitalar da Rede de Atenção à Saúde (RAS).	interna da instituição, de sistematização e de prestação das informações aos gestores, monitoramento dos indicadores assistenciais. monitoramento dos indicadores assistenciais. Esses indicadores estão ligados a diversos processos como assistência de enfermagem, protocolos gerenciados entre outros como, por exemplo, a incidência de lesão por pressão, índice de flebite, tempo porta ECG etc. Além dos indicadores de Gestão administrativa da Unidade.			
Comissão de Prevenção e Cuidados com Integridade da Pele	Proposta de Constituição (membros, finalidade), Proposta de Regimento Interno e Cronograma de Atividade Anual	0,2 ponto	0,2	Anexo XXXV	PROTOCOLO PARA PREVENÇÃO DE ÚLCERA POR PRESSÃO Manual de boas práticas da ANVISA	A regulamentação do Programa Nacional de Segurança do Paciente trouxe progresso ao sistema de notificação ao tornar compulsória a notificação de eventos adversos relacionados à assistência, inclusive no que se refere à notificação de lesão por pressão. Papel da Comissão.			
Comitê de Gerenciamento dos Pacientes com Risco para Longa Permanência Hospitalar	Proposta de Constituição (membros, finalidade), Proposta de Regimento Interno e Cronograma de Atividade Anual	0,3 ponto	0,3	Anexo XXXVI	PORTARIA Nº 2.809, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2012 Estabelece a organização dos Cuidados Prolongados para retaguarda à Rede de Atenção às Urgências e Emergências (RUE) e às demais Redes Temáticas de Atenção à Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Ferramentas que possibilitam que o protocolo hospitalar, tem por objetivo garantir o atendimento antecipado ao paciente por meio da identificação dos sinais de deterioração clínica.	A internação de Longa Permanência compreende o período superior há 30 dias em que um paciente permanece em um leito hospitalar. Devendo portanto ser monitorado pelo comitê de gerenciamento de riscos, utilizando ferramentas como as escalas de News, Meows (Morbidade materna) e Pews (tratamento pediátrico, de 0 a 16 anos) e outras.			
Núcleo Interno de Regulação (NIR)	Proposta de Constituição (membros, finalidade), Proposta de Regimento Interno e Cronograma de Atividade Anual	0,2 ponto	0,2	Anexo XXXVII	PORTARIA Nº 3.390, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2013 Institui a Política Nacional de Atenção Hospitalar (PNHOSP) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), estabelecendo-se as diretrizes para a organização do componente hospitalar da Rede de Atenção à Saúde (RAS). PORTARIA Nº 1.559, DE 1º DE AGOSTO DE 2008 Institui a Política Nacional de Regulação do Sistema Único de Saúde - SUS.	O Núcleo Interno de Regulação – NIR é um serviço que possibilita o monitoramento do paciente desde a sua chegada à instituição, durante o processo de internação e sua movimentação interna e externa, até a alta hospitalar.			
Comissão de Acidentes com Material Biológico (CAMB)	Proposta de Constituição (membros, finalidade), Proposta de Regimento Interno e Cronograma de Atividade Anual	0,2 ponto	0,1	Anexo XXXVIII	Classificação de risco de Agentes biológicos	LEI Nº 11.105, DE 24 DE MARÇO DE 2005	Traz dentro da proposta uma cronograma de Núcleo de Vigilância epidemiológica e não o da Comissão de Acidentes com Material Biológico		
					PORTARIA Nº 1.914, DE 9 DE AGOSTO DE 2011 Aprova a Classificação de Risco dos Agentes Biológicos elaborada em 2010, pela Comissão de Biossegurança em Saúde (CBS), do Ministério da Saúde.	Desde sua criação, o objetivo da CBS é definir estratégias de atuação, avaliação e acompanhamento das ações ligadas à Biossegurança de forma a ter o melhor entendimento entre o Ministério da Saúde com órgãos e entidades relacionadas ao tema. As principais atribuições dessa Comissão são: participar e acompanhar nos âmbitos nacional e internacional, da elaboração e reformulação de normas de biossegurança; proceder ao levantamento e análise das questões referentes à biossegurança, visando identificar seus impactos e suas correlações com a saúde humana; propiciar debates públicos sobre biossegurança, por intermédio de reuniões e eventos abertos à comunidade; estimular a integração de ações dos diversos órgãos do Sistema Único de Saúde (SUS), nas questões de biossegurança em saúde; e assessorar, nas atividades relacionadas à formulação, à atualização e à implementação da Política Nacional de Biossegurança.			
Comissão de Farmácia e Terapêutica	Proposta de Constituição (membros, finalidade), Proposta de Regimento Interno e Cronograma de Atividade Anual	0,2 ponto	0,2	Anexo XXXIX	Resolução Nº. 338, de 06 de maio de 2004 - Ministério da Saúde	Estabelece a Política Nacional de Assistência Farmacêutica			
					Farmácia Hospitalar - CFF	Descrever orientações quanto: objetivos, composição e competências da comissão de farmácia e terapêutica			
						Composição básica: pelo menos, 1 representante da			

	Comitê de Compliance	Proposta de Constituição (membros, finalidade), Proposta de Regimento Interno e Cronograma de Atividade Anual	0,1 ponto	0,1	Anexo XL	COMISSÃO DE COMPLIANCE	<p>área de Gestão de Pessoas, 1 do Jurídico, 1 de Compliance e 1 da Auditoria Interna. Com as seguintes atividades básicas: implantar um código de ética na organização;</p> <p>destacar aos colaboradores o fortalecimento institucional que ocorre sempre que seus membros agem dentro dos padrões de conduta da empresa — o que pode ser feito por meio de campanhas de endomarketing;</p> <p>idealizar a realização de programas de treinamento e conscientização, com conteúdos específicos para cada um dos setores (Jurídico, Contabilidade, Vendas etc.);</p> <p>buscar meios de capacitar os tomadores de decisão para que todas as suas ações estratégicas sejam adotadas dentro de padrões éticos, morais e legais;</p> <p>promover um clima ético na organização, enaltecendo valores intangíveis — como honestidade, lisura e justiça — como essenciais ao trabalho de todos.</p>			
	Outras Comissões	Proposta de Constituição (membros, finalidade), Proposta de Regimento Interno e Cronograma de Atividade Anual	0,1 ponto	0,05	Anexo XLI	<p>Apresentação de documentação a depender da particularidade da unidade de saúde, conforme Política Nacional de Saúde em questão, contendo os requisitos básicos descritos pelo MS.</p>	Descrever orientações quanto: objetivos, composição e competências da comissão	Comissão de qualidade e segurança em anestesiologia		
	Desenvolvimento da unidade	Projeto de Educação Permanente individualizada para o estabelecimento de saúde	1,0 ponto	0,75	Págs 191 a 202	Portaria nº 342 - SES - Institui o Sistema de Gestão de Unidades de ...		Em referência ao item Projeto de Educação Permanente individualizada para o estabelecimento de saúde foi evidenciado às págs 191 a 202, faltando alguns requisitos de projeto		
		Fluxo de Manutenção Preventiva e corretiva de equipamentos para a unidade de saúde	1,0 ponto	0,5	203 a 204	<p>Apresentação de documentação a depender da particularidade da unidade de saúde, considerando manual de qualidade da proponente.</p> <p>RDC Nº 509 de 27 de 05 de 2021- Gerenciamento de tecnologias em saúde.</p>	<p>Observar intervalos de execução de manutenção, horários de retirada de equipamento das áreas restritas, etc.</p>	<p>Apresentou apenas um fluxograma genérico. Os protocolos do anexo XLII, foram elaborados para outras unidades e não para a unidade pleiteada, como a proponente cita na pág 203. Não apresentou cronograma para a manutenção preventiva para equipamentos da unidade. Proposta não personalizada.</p>		
		Possuir parceria com instituições de ensino, ou suas próprias para desenvolvimento de projetos de pesquisa na área de assistência hospitalar e/ou de saúde pública em concordância com o Plano Estadual de Saúde vigente	2,0 ponto	2	Págs 1523 a 1567	Res. CNRM nº 2 de 13/04/2012 Dispõe sobre Diretrizes Gerais para os Programas de Res. Multiprofissional e em Profissional de Saúde		Em referência ao item: Possuir parceria com instituições de ensino, ou suas próprias para desenvolvimento de projetos de pesquisa na área de assistência hospitalar e/ou de saúde pública em concordância com o Plano Estadual de Saúde vigente, foi evidenciado às Págs 1523 a 1567 anexo XLIII documentos que comprovem a existência destas parcerias.		
						http://portal.mec.gov.br/publicacoes-para-professores/30000-uncategorised/71531-matrizes-de-competencias-aprovadas-pela-cnrm				
						Resolução CNRMS/MEC nº 02, de 13 de abril de 2012.				
						CNS nº 001/2013				
						Portaria Interministerial MEC/MS nº 285/2015 e alterações posteriores				
						Lei LEI Nº 11.788 DE 25 DE SETEMBRO DE 2008 que DISPÕE SOBRE O ESTÁGIO DE ESTUDANTES; ALTERA A REDAÇÃO DO ART. 428 DA CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO - CLT, APROVADA PELO DECRETO-LEI Nº 5.452, DE 1º DE MAIO DE 1943, E A LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996; REVOGA AS LEIS Nºs 6.494, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1977, E 8.859, DE 23 DE MARÇO DE 1994, O PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 82 DA LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996, E O ART. 6º DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.164-41, DE 24 DE AGOSTO DE 2001; E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.				
		Projeto de hospital ensino para a unidade	1,0 ponto	1	págs 1570 a 1579	Portaria Interministerial MEC/MS nº 285/2015, de 24 de março de 2015, que Redefine o Programa de Certificação de Hospitais de Ensino (HFE) e alterações posteriores, proporcionando condições adequadas ao seu funcionamento, Resolução CNRMS Nº 002/2012, de 13 de abril de 2012		Em referência ao item Projeto de hospital ensino para a unidade foi apresentado pela candidata às págs 1570 a 1579 anexo XLIV		

FA.2.2 Qualidade Subjetiva: Avalia medidas de promoção da relação humana e apoio social na comunidade interna e externa do Hospital : Acolhimento e Atendimento	Acolhimento	Manual com indicação das formas de notificação, recepção, orientação social e apoio psicossocial aos usuários e acompanhantes na emergência conforme Classificação de Risco.	02 pontos	0,5	Anexo XLV	Manual Brasileiro de Acreditação, subseção 2.3, número 8	Apresenta metodologia para avaliação de pacientes que procuram o serviço para identificar suas necessidades de saúde. Aqueles com necessidades emergentes, urgentes ou imediatas são priorizados para avaliação e tratamento.	A proponente trouxe manual em formato de POP da atuação do serviço social no ambiente hospitalar, tal proposta se mostra incompleta por não mencionar itens como formas de notificação, recepção, apoio psicossocial aos usuários e acompanhantes na emergência conforme Classificação de Risco. Há de se considerar que o item Serviço Social é avaliado em outro momento na matriz.
		Proposta e metodologia e instrução com definição de horários, critérios e medidas e controle de risco para as visitas aos usuários	02 pontos	2	Anexo XLVI	https://www.gov.br/saude/pt-br/acao-a-informacao/acoes-e-programas/humanizassus/rede-humanizassus/humanizassus_documento_gestores_trabalhadores_sus.pdf		
	Atendimento	Proposta de implantação de orientações quanto às formas de acomodação e conduta para os acompanhantes, Proposta de formas de acomodação e conduta para os acompanhantes, com ênfase aos de usuários idosos, crianças, adolescentes e portadores de necessidades especiais conforme previsão da legislação vigente	02 pontos	1	Anexo XLVII	Manual Brasileiro de Acreditação, subseção 1.4, número 1	A organização possui uma sistemática estabelecida, com canais divulgados para recebimento das manifestações dos pacientes/acompanhantes, classifica por criticidade com foco na segurança do paciente. Analisa o que ocorreu e o que precisa ser feito para melhorar e responde ao paciente/acompanhante sobre as providências tomadas para a melhoria. As manifestações englobam, por exemplo, os pedidos de informações, sugestões, reclamações, elogios e denúncias, incluindo aquelas recebidas por meio de contatos informais.	A proposta traz de forma generalizada as informações quanto a conduta dos acompanhantes, respeitando a legalidade de cada grupo de usuários, mas não traz as formas de acomodação para os acompanhantes.
		Proposta de de desenvolvimento das ações da ouvidoria vinculada à SES, com pesquisa de satisfação.	02 pontos	1,2	Anexo XLVIII	https://www.gov.br/saude/pt-br/acao-a-informacao/acoes-e-programas/humanizassus/rede-humanizassus/humanizassus_documento_gestores_trabalhadores_sus.pdf		Em sua proposta a proponente demonstra não personalização quando menciona na página 1603 "a proposta da OS segue a metodologia aplicada nas Unidades da EBSERH (Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares)", não vinculando as ações da ouvidoria com a SES, como foi o solicitado no item.
TOTAL DE PONTOS FA.2:				15,70				

FA.3.2 Estrutura e experiência da Diretoria	Apresentação de organograma da unidade, com definição das competências de cada membro do corpo diretivo	02 pontos	2	ANEXO LV (pág. 1925 a 1932)	https://sistemas.cfm.org.br/normas/visualizar/resolucoes/BR/2011/1980	representação gráfica da forma como a empresa se divide hierarquicamente, demonstrando os cargos existentes na instituição				
					Fundação Getúlio Vargas					
	Titulação de especialistas em administração hospitalar e/ou gestão em saúde dos membros da diretoria e gerência que atuarão na unidade, com documento comprobatório de interesse do titular (cada profissional poderá obter no máximo 0,5 ponto).	04 pontos	4	ANEXO LVI (pág. 1934 a 2101)	Apresentação de documentação, conforme edital		Mariangela Freitas da Silva (ESPECIALIZAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO HOSPITALAR): 0,50 Luiz Santoro (ESPECIALIZAÇÃO ADMINISTRAÇÃO HOSPITALAR): 0,50 Daniel Fraga (ESPECIALIZAÇÃO EM SAÚDE PÚBLICA): 0,50 Márcia Cristina (MBA EXECUTIVO EM SAÚDE): 0,50 Kamila Conde (ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO EMPRESARIAL): não pontuou por não apresentar especialização na área da saúde/hospitalar; Cláudia Regina (ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO DA QUALIDADE EM SAÚDE): 0,50; Dilson da Silva (MBA EXECUTIVO GESTÃO DE SAÚDE): 0,50; Wimerson Harry (MBA EXECUTIVO EM SAÚDE): 0,50; Priscila Alexandrino: apresentou certificado de especialização em INFECTOLOGIA, por isso não pontuou; Danton de Oliveira (ESPECIALIZAÇÃO GESTÃO EM SAÚDE): 0,50			
	Experiência mínima de 1 ano no gerenciamento (direção) de Unidade Hospitalar da diretoria ou gerência que atuará na unidade com documento comprobatório do interesse do titular (cada Diretor ou gerente poderá obter no máximo 0,5 ponto).	03 pontos	0,5	ANEXO LVI (pág. 1934 a 2101)	<u>RESOLUÇÃO CFM nº 2.147/2016 - Estabelece normas sobre a responsabilidade, atribuições e direitos de diretores técnicos, diretores clínicos e chefias de serviço em ambientes médicos</u>	Estabelece normas sobre a responsabilidade, atribuições e direitos de diretores técnicos, diretores clínicos e chefias de serviço em ambientes médicos	Luiz Santoro (apresentou CERTIDÃO para o cargo de Diretor Médico); 0,50; Daniel Fraga: apresentou somente currículo, por isso não pontuou; Márcia Cristina: apresentou carteira de trabalho para cargo de gerência, por isso não pontuou; Wimerson Harry: apresentou declaração de enfermeiro, por isso não pontuou; Mariangela Freitas: apresentou somente currículo para enfermeira, por isso não pontuou; David de Assis (apresentou Carteira de Trabalho para o cargo Diretor Administrativo): Paulo Vinicius: apresentou nomeação de Diretor Assistencial, mas não pode ser verificado o período mínimo de 1 ano, por isso não pontuou; Danton de Oliveira: apresentou folha de alterações para Diretor, mas não comprovou período de 01 ano, por isso não pontuou; Márcia Cristina da Silva: apresentou carteira de trabalho para enfermeiro e gerente, por isso não pontuou; Cláudia Regina: apresentou nomeação de diretor, mas não foi possível comprovar o período mínimo de 01 ano, por isso não pontuou; Dilson da Silva: apresentou carteira de trabalho para cargo de DIRETOR DE SERVIÇO DE SAÚDE, correspondente ao período de 10 meses, não atendendo o período mínimo de 01 ano, por isso não pontuou;			
FA.3.3 Implementação de Serviços e funcionamento da Equipe Interdisciplinar	Apresentação de quadro de pessoal médico por área de atenção compatível com as atividades propostas no plano de trabalho	02 pontos	2	Págs. de 10 a 15	Apresentação de documentação, conforme edital		Apresentou o quadro de pessoal médico nas págs. de 10 a 15 de acordo com arquivo digital - Financeiro e Dimensionamento RH.			
	Protocolos de enfermagem (rotinas por nível de qualificação dos profissionais) nas áreas de ambulatório e urgência	02 pontos	0,8	ANEXO XIII Págs. 886 a 1146 ANEXO LVII Págs 2119 a 2339	<u>Manual Brasileiro de Acreditação, subseção 2.3, número 2</u>		No anexo XIII Reuniu vários POPS das atividades assistenciais em um único documento, não fez distinção por áreas da Unidade, os pops apresentados foram com aplicabilidades em Centro Cirúrgico, ambulatório,Urgência, Internação, UTI. O de PCR descreve as recomendações do procedimento para adulto, criança, bebe e RN. O de DESFIBRILAÇÃO descreve também para adulto e Pediátrico. No anexo LVII conforme sumário - Protocolos de ambulatório e Urgência, expôs protocolos nomeados para outras Unidades de saúde, caracterizando a não personalização da Unidade de Saúde pretendida.(págs 2119 a 2139- Hospital Municipal hugo Miranda; Págs. 2141 a 2339- Hospital Municipal Oceânico de Niterói Dr. Gilson Cantarin) No anexo XIII reuniu vários pops assistenciais de enfermagem com aplicabilidades em vários setores da Unidade, o de PCR descreve as recomendações do procedimento para adulto, criança, bebe e RN. O de DESFIBRILAÇÃO descreve também para adulto e Pediátrico. No ANEXO LVII apresentou protocolos para outras duas instituições distintas e não a Unidade de Saúde pretendida, caracterizando a não personalização.			
	Protocolos assistenciais de atenção médica e rotinas operacionais para os serviços de maior complexidade na medicina como nas emergências e unidades de terapia intensiva de adulto	02 pontos	0,8	ANEXO 2.340 a 2400	<u>Manual Brasileiro de Acreditação, subseção 2.3, número 2</u>	Apresenta o método de dimensionamento das equipes multidisciplinares, demonstra a padronização e dimensionamento de materiais e equipamentos conforme perfil da unidade.	Apresentou seis (06) protocolos de atenção médica e direcionados a outra instituição, para mais, apresentou de forma reduzida no que se refere a quantitativo, considerando que a Unidade de Saúde pretendida é de atendimentos com complexidade e serviços especializados. Não apresentou outros protocolos que caracterize a linha de serviços e atendimentos da Unidade como emergências na obstetria de alto risco, pediátrica, ginecológica, vascular, neuro, ortopedia e outros.			
					<u>Portaria nº 44/GM/MS, de 10 de janeiro de 2001 - Ministério da Saúde</u>	Aprovar no âmbito do Sistema Único de Saúde a modalidade de assistência - Hospital Dia	Apresentou seis (06) protocolos de atenção médica direcionados a outra instituição, para mais, não apresentou protocolos que caracterize cada área solicitada no item e também os plantões de			

FA.3.4 Implementação de Serviços e funcionamento da Equipe Interdisciplinar	Protocolos assistenciais de atenção médica e rotinas operacionais para os ambulatórios, hospital dia e enfermarias, destaques para os plantões e sobreavisos	02 pontos	0,6	ANEXO LIX págs. 2402 a 2445	Portaria Nº 3.390, de 30 de dezembro de 2013 - Minist rio da Sa de	Institui a Política Nacional de Atenção Hospitalar (PNHOSP) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), estabelecendo-se as diretrizes para a organização do componente hospitalar da Rede de Atenção à Saúde (RAS)	sobreavisos não foram citados.		
	Proposta para convênio de cooperação técnica com entidades de ensino para desenvolvimento de estágio curriculares, treinamentos em serviços, residências e estágios	01 ponto	1	Págs 232 a 233, págs 2447 a 2452 .	Portaria Interministerial Nº 2.400, DE 02 DE OUTUBRO DE 2007 Estabelece os requisitos para certificação de unidades hospitalares como Hospitais de Ensino.		Em referência a Proposta para convênio de cooperação técnica com entidades de ensino para desenvolvimento de estágio curriculares, treinamentos em serviços, residências e estágios, foi apresentado às págs 232 a 233 breve texto referenciado no Anexo LX às págs 2447 a 2452 demonstrando em formato de projeto e apresentando cronograma de execução e citando os recursos necessários, etc..		
	Apresentação de título stricto sensu na área de gestão em saúde dos indicados para a gestão da unidade, com documento comprobatório de interesse do titular	01 ponto	1	ANEXO LVI (pág. 1934 a 2101)	Apresentação de documentação, conforme edital		Luiz Santoro: CERTIFICADO MESTRADO CIÊNCIAS GESTÃO E INFORMÁTICA EM SAÚDE = 0,50		
	Protocolos de enfermagem (rotinas por nível de qualificação dos profissionais) nas áreas de internação/enfermarias, UTI, CME e bloco cirúrgico	01 ponto	0,6	ANEXO XIII págs. 886 a 1146 ANEXO LXI págs. 2454 a 2881	RESOLUÇÃO - RDC Nº 15, DE 15 DE MARÇO DE 2012	Dispõe sobre requisitos de boas práticas para o processamento de produtos para saúde e dá outras providências. Art. 3º Este Regulamento se aplica aos Centros de Material e Esterilização - CME dos serviços de saúde públicos e privados, civis e militares, e às empresas processadoras envolvidas no processamento de produtos para saúde.	No ANEXO XIII expôs protocolos de enfermagem para várias áreas da Unidade, incluindo Internação e UTI. ANEXO LXI apresentou protocolos para as áreas de internação, Centro Cirúrgico, Centro Obstétrico, internação obstétrica, UTI, porém não apresentou para o setor CME. Vários protocolos foram referenciados para outra Instituição e não para a Instituição pretendida. (Págs. 2619 a 2796)		
	Instrução para o funcionamento do serviço social com especificação de estrutura, normas e rotinas, definidas as áreas de abrangência, horário e equipe mínima	01 ponto	0,8	Anexo LXII	Política Nacional de Humanização - HumanizaSUS - Portal Gov.br O Serviço Social em hospitais: Orientações Básicas - Cress RJ	Descrever demandas dos usuários, atribuições do serviço social nas unidades e recursos materiais e humanos necessários.	De acordo com o item editalício 1.1, traz que objeto do mesmo é para a seleção de entidade para o gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços de saúde em regime de 24 horas/dia, no Hospital Estadual de Águas Lindas de Goiás (HEAL), e a proposta deste item pleiteia número insuficiente de profissionais para atender a demanda da unidade e o volume de serviços deste setor.		
	Instrução para o funcionamento da equipe multiprofissional com especificação de normas e rotinas, área de abrangência, horário e equipe mínima	02 pontos	0,5	235 a 236	Portaria Nº 3.390, de 30 de dezembro de 2013 - Minist rio da Sa de Portaria nº 2.436, de 21 de setembro de 2017 - Minist rio da Sa de		Trouxe rotinas gerais para todas as especialidades. Em relação a equipe mínima não contemplou todas as especialidades essenciais.		
FA.3.5 Implementação e Funcionamento de outros Serviços	Normas para o funcionamento do serviço de Administração Geral com especificação de estrutura, normas e rotinas, horário e equipe mínima	02 pontos	1,9	Págs 236 e 237, págs 2895 a 2897.	Dimensionamento na administração pública federal	Utilizar modelos qualitativos e quantitativos para o dimensionamento, considerando: a movimentação de pessoal a partir da estimativa do quadro ótimo de pessoal para as diversas unidades de trabalho ou entregas e resultados de um órgão público; subsidiar a necessidade de formulação e entrega de programas e ações de capacitação e desenvolvimento, servindo os resultados do dimensionamento de contraste para as solicitações de eventos instrucionais por parte dos servidores e gestores; completar o processo de gestão do desempenho eminentemente assentado na perspectiva comportamental, podendo os resultados do dimensionamento ser usados como contraste para mitigar vieses de resposta naquela avaliação ou como complemento para a composição de um escore ampliado de avaliação; prover insumos para a elaboração de programas de saúde e segurança dos colaboradores.	Em referência ao item Normas para o funcionamento do serviço de Administração Geral com especificação de estrutura, normas e rotinas, horário e equipe mínima apresentado esboço às Págs 236 e 237 e referenciado no Anexo LXIV às págs 2895 a 2897. Apresentou a carga horária de todos os colaboradores e equipe mínima, por–em não citou o horário de funcionamento da equipe dentro da estrutura Da Administração Geral. Apresentou anexo do Termo de Referência do processo de Manutenção Predial e Refrigeração, manutenção preventiva, descrição do padrão de Materiais, procedimento relativo a obras, inventário de equipamentos materiais; Apresentou Termo de referência do Serviço de Vigilância e Portaria, termos de referência do Serviço de Limpeza.		
	Apresentação da padronização de medicamentos e materiais médicos hospitalares	02 pontos	1,8	237 a 238 e ANEXO LXIV (págs. 2899 a 2944)	Portaria Nº 35, de 14 de janeiro de 1986, do Ministério da Educação, que determina a criação de Comissão de Padronização de Medicamentos nos Hospitais de Ensino RENAME Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas- PCDT/ MS	Avaliar projeto se houver ou metodologia de padronização	Apresentou texto contextualizando sobre a importância da padronização de medicamentos e de material médicos. Apresenta lista de medicamentos e material médico no ANEXO LXIV. Não apresentou critérios de padronização, exclusão e inclusão de medicamentos. Não descreve legislações pertinente, documentação e áreas envolvidas.		

	Apresentação de critérios para a contratação de terceiros para os serviços de limpeza, vigilância e manutenção predial	02 pontos	1	238 a 249 e ANEXO LXVII (pags. 2946 a 2997)	Instrução Normativa Serviços Reestruturação do modelo de contratação de serviços terceirizados	Apresenta os critérios jurídicos, para a contratação de terceiros para os serviços de limpeza, vigilância e manutenção predial	Foi apresentado REGULAMENTO DE AQUISIÇÕES DE BENS E SERVIÇOS DO VIVA RIO contemplando critérios administrativos para contratação como mecanismos de gestão, medição e controle de serviços. Não foi descrito contextualização específica e nem apresentou critérios específicos para a contratação de terceiros para os serviços de limpeza, vigilância e manutenção predial como por exemplo: critérios qto a segurança dos funcionários em relação a atividade executada, materiais utilizados e periodicidade de limpeza pertinentes a uma unidade de saúde, condições de monitoramento para cada serviço e documentação específica exigida. Apresentou, no ANEXO LXVII, modelo de TRs de manutenção predial, de vigilância e serviços de limpeza.		
FA.3.6 Política de Recursos Humanos	Apresentação de projeto de desenvolvimento humano com pesquisa periódica de clima organizacional e definição de uso das informações	03 pontos	1,5	págs 249 a	Manual Brasileiro de Acreditação, subseção 1.5, número 9	Constitui um processo de diagnóstico dos aspectos que possam impactar a satisfação dos profissionais quanto ao ambiente interno da organização, planejamento e implementação de iniciativas de melhorias. As dimensões de pesquisa e análise incluem: liderança, relacionamento interpessoal, trabalho em equipe, comunicação, gestão organizacional, práticas de gestão de pessoas, qualidade de vida, segurança, dentre outras, contemplando: Planos de ação voltados às iniciativas de melhoria. Fóruns de discussão de ações de intervenção. Campanhas de comunicação interna para estimular a participação e para apresentação dos resultados.	Em referência ao item Apresentação de projeto de desenvolvimento humano com pesquisa periódica de clima organizacional e definição de uso das informações, apresentado texto esboço às págs 249 e especificamente sobre a pesquisa de clima apresentou à pág 252 as etapas da aplicação da pesquisa sem detalhar a metodologia a ser adotada. As págs 253 apresenta um texto onde detalha apresentando os principais diretrizes para o desenvolvimento:1. Sistema Integrado de Gestão Empresarial , 2. Benefícios, 3. Folha de Pagamento, 4. Treinamento e Desenvolvimento, 5. Educação Continuada e Educação Permanente, 6. Rescisão. Não Apresentou formatação de um projeto, sem custos e sem cronograma de execução.		
	Apresentação de plano de cargos e salários	03 pontos	2	Anexo 5, Págs 261 a 264, págs 2999 à 3030	https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/empresas-estatais-federais/publicacoes/arquivos/plano-de-cargos-e-salarios-e-plano-de-funcoes-diretrizes-e-orientacoes.pdf		Apresentado PLANO DE CARGOS, CARREIRAS E SALÁRIOS no anexo 005 com a descrição das competências de cada cargo, no entanto não evidenciamos a parte de progressão da carreira e os valores/índices salariais relativos ao sistema de desempenho (salário base)		
	Proposta para estabelecimento de Normas para Seleção de Pessoal, Contrato de Trabalho e Avaliação de Desempenho, sugestão de condutas para combater absenteísmo dos profissionais e estimular produção.	03 pontos	3	Anexo IV, Págs 264 a 274, Pág 274 a 281	Manual Brasileiro de Acreditação, subseção 1.5, número 3	Consiste em estabelecer as etapas e os critérios para os processos de recrutamento, seleção e desligamento dos profissionais. O processo de recrutamento e seleção deve assegurar competências alinhadas às necessidades da organização e às especificidades dos cargos e definir os requisitos qualitativos/pessoais para o exercício da função	Em referência ao item Proposta para estabelecimento de Normas para Seleção de Pessoal, Contrato de Trabalho e Avaliação de Desempenho, sugestão de condutas para combater absenteísmo dos profissionais e estimular produção, apresenta às págs 264 a 276. Sobre: - Contrato de Trabalho (Anexo IV); Apresenta o instrumento para Avaliação de Desempenho às págs 3030 a 3037 do(Anexo LXIX); As págs 274 a 281 apresenta 1. Ações Estratégicas para combate ao absenteísmo e estímulo à produção.		
	Registro e controle de pessoal e modelo para escalas de trabalho e apresentação de critérios para casos de afastamentos (férias e licenças)	01 ponto	1	Págs 281 a 285 Anexo LXX, Págs 285 a 287, Anexo LXXI pag 3073.	Planejamento Estratégico de acordo com a ISO 9001:2015	Definição e elaboração de um Planejamento Estratégico para a organização	Em referência ao item Registro e controle de pessoal e modelo para escalas de trabalho e apresentação de critérios para casos de afastamentos (férias e licenças). Apresentado às págs 281 a 285 sobre a sistemática de registro de ponto, referência ao ponto 9 Anexo LXX. Em referência aos critérios de afastamentos (férias e licenças)págs 285 a 287. NO anexo LXXI pags 3073 apresenta modelo de escala de trabalho.		
FA.3.7 Metodologia de Projetos	Proposta de trabalho com adequado planejamento, visão de futuro, cronogramas de execução, custos estimados e resultados factíveis.	02 pontos	2	Págs 16 a 30, Págs 289 a 300, pags 301 a 426	PORTARIA Nº 936, DE 27 DE ABRIL DE 2011 Dispõe sobre as regras e critérios para apresentação, monitoramento, acompanhamento e avaliação de projetos do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Institucional do Sistema Único de Saúde (PROADI-SUS)	Dispõe sobre as regras e critérios para apresentação, monitoramento, acompanhamento e avaliação de projetos do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Institucional do Sistema Único de Saúde (PROADI-SUS).	Em referência ao item Proposta de trabalho com adequado planejamento, visão de futuro, cronogramas de execução, custos estimados e resultados factíveis. Encontrado às págs 16 atendendo o item com o adequado levantamento do perfil/cenário, definição de indicadores, apresentação de uma proposta de modelo gerencial com a definição dos objetivos em conformidade com a identidade Institucional com a definição das estratégias na pág 26. Em seguida a definição dos principais serviços da carta na pág 30. Em seguida apresentou o levantamento da infra-estrutura e o levantamento dos principais serviços de apoio administrativos e assistenciais. Apresentou na tabela 10, pág 289 a 300 o cronograma de implantação da proposta dos processos de trabalho e logo em seguida a tabela de gerenciamento dos riscos para implantação dos serviços quanto dos processos de gestão as Pág 301 a 406. Nas págs 407 até 430 em diante apresenta projetos de planejamento futuro com a definição do cronograma anual e custos de alguns destes projetos, como DRG pág 426. Toda a planilha de custos de serviços e relativa a pessoal está apresentada no anexo "Financeiro e Dimensionamento". Apresentada proposta Financeira anexo LXXIII pags 3078 a 3121 com todos os custos.		

TOTAL DE PONTOS FA.3:	40,80		
-----------------------	-------	--	--